

13/12/2019

APEOESP

94

Acesse: www.apeoesp.org.br
imprensa@apeoesp.org.br

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

NOSSA MOBILIZAÇÃO IMPEDIU A VOTAÇÃO DO DESMONTE DA PREVIDÊNCIA

TRAMITAÇÃO SERÁ RETOMADA SOMENTE EM FEVEREIRO DE 2020

ATIVIDADES DOS DIAS 16 E 17/12 (ASSEMBLEIA) FORAM SUSPENSAS

I. Contra o desmonte da previdência!

Desde que foi anunciada a proposta de reforma da previdência de Doria (Proposta de Emenda à Constituição – PEC 18/2019 e Projeto de Lei Complementar – PLC 80/2019) nós, da APEOESP, junto com diversos segmentos do funcionalismo que atenderam ao nosso chamado, nos mantivemos em luta ininterrupta.

Greve e mobilização permanente

Nossa presença diária na Assembleia Legislativa, visitando gabinetes, ocupando a galeria e alertando contra o desmonte da previdência estadual e a farsa da “nova carreira” do magistério (que está imbricada com a reforma da previdência por meio da PEC 18, com explicaremos mais adiante) provocou tensão na base governista, causando manifestações de muitos Deputados e Deputadas sobre a intenção de votar contra os dois projetos ou trabalhar pelo adiamento dessa discussão para 2020.

Nesse processo, realizamos greve nos dias em que houve tramitação da reforma na ALESP, fechando as escolas e realizando assembleias em frente ao prédio do parlamento, após as quais houve ato unificado do funcionalismo. Estivemos de forma quase permanente nas galerias do plená-

rio e as deputadas de oposição (Professora Bebel, Beth Sahão, Marcia Lia, Isa Penna, Mônica Seixas) protagonizaram um momento importante de luta, ocupando a Mesa Diretora para impedir a votação da PEC 18, antes que uma liminar conquistada na justiça impedisse a continuidade de sua tramitação, devido a irregularidades na nomeação do relator especial dessa matéria.

Simbolicamente, a Deputada Professora Bebel, também Presidenta da APEOESP, ocupou a cadeira do Presidente da ALESP, para sinalizar que todo o movimento não aceita o autoritarismo e as imposições que vinham sendo produzidas para tentar aprovar a toque de caixa essa reforma.

Vitória jurídica e política

Na sequência, após o Desembargador Alex Zilenovski conceder liminar na ação movida pelo Deputado Emídio de Souza, o mesmo deu prazo de 15 dias úteis para que o autor da ação se manifeste sobre o recurso da Presidência da ALESP, prazo que não se esgota antes do recesso do judiciário, que começa no dia 20/12. A ALESP recorreu ao Supremo Tribunal Federal (STF) mas seu Presidente, Ministro Dias Tofoli, deu prazo de 5 dias uteis para que o Tribunal de Justiça se manifeste. Por isso, a tramitação da reforma somente poderá ser retomada em fevereiro de 2020.

Foi uma vitória da mobilização, da nossa persistência. Vitória política e jurídica.

Ações populares da APEOESP

A APEOESP ingressou com duas ações populares contra a PEC 18/2019 e contra o PLC 80/2019. Essas ações questionam o próprio mérito desses projetos. Questionamos a PEC 18 porque ela trata de assuntos que nada têm a ver com a reforma da previdência, como, por exemplo, regras relativas à readaptação de servidores públicos, que visam dificultá-las. Trata também do não reconhecimento de doenças profissionais que acometem os servidores, com a intenção de não permitir aposentadorias em razão dessas doenças.

Mas o ponto mais importante, para nós, é que a PEC 18/2019 é utilizada para tentar alterar a Constituição Estadual para permitir que os salários dos professores e das professoras possam ser pagos na forma de subsídios (hoje só permitidos para Governador, Prefeitos, Secretários de Estado, Parlamentares). Com isso, na prática ficariam extintos adicionais como sexta parte, quinquênios, GTCN, ALE e outros. Dessa forma, a PEC é utilizada para dar lastro legal à chamada “nova carreira do magistério”, que o Governo Doria pretende encaminhar para a ALESP. Combater a reforma da previdência, portanto, é também combater, antecipadamente, a farsa da “nova carreira”.

A APEOESP ingressará com ação popular para cobrar do Estado que informe sobre a destinação do passivo do antigo IPESP, que deveria ser integralmente repassado à SPPREV. Entretanto, não há informações precisas e confiáveis a esse respeito. A APEOESP já encaminhou requerimento extrajudicial solicitando informações. Vencido o prazo, ingressará com a ação popular.

Mais uma vez, reiteramos a necessidade de que os Deputados e as Deputadas sejam procurados em suas regiões, pois a nossa mobilização não pode parar.

Assembleia adiada

A reunião ampliada da Diretoria Estadual Colegiada, realizada nesta sexta-feira, 13/12, frente ao adiamento da tramitação da reforma, decidiu desmarcar a assembleia estadual que estava agendada para terça-feira, 17/12 na ALESP, bem como as atividades de segunda-feira, 16/12. Uma nova data, em 2020, será debatida na próxima reunião da DEC, no dia 19/12.

II. Contra a privatização da educação pública no estado de São Paulo

Há diversas formas pelas quais o Governo Doria vem tentando realizar o processo de privatização das escolas públicas.

“Adoção” é privatização

Nesta semana, lançou o programa Nossa Escola, que pretende oferecer escolas estaduais para “adoção” de empresas privadas. Isso é uma vergonha. Doria quer se desresponsabilizar pelas escolas públicas e, sem dúvida, as ir passando integralmente para a iniciativa privada. Vamos denunciar e realizar uma forte campanha contra esse tipo de iniciativa.

Voucher não

Outra forma de privatização, que o PSDB está iniciando na Prefeitura de São Paulo, é a instituição de voucher. Ou seja, o Estado direciona recursos públicos e matrículas para escolas privadas, sob o pretexto de oferecer “qualidade” aos estudantes. Nada mais é que deslavada privatização.

Parcerias e convênios para privatizar

Outra forma são as parcerias público-privadas, como o CIS (que conseguimos impedir) e outros formatos. Estamos atentos e nos mobilizaremos sempre que forem feitas tentativas neste sentido.

Há também os chamados “convênios” com fundações privadas. Hoje, na SEDUC, há interferências regadas a dinheiro público da Fundação Leman, Instituto Airton Senna, Grupo Aliança e outras, que sob o manto de “consultoria” ditam regras e criam programas de gestão inspiradas na administração de empresas privadas dentro das escolas públicas.

Terceirizações

Existem também as terceirizações de serviços e até mesmo de atividades fins, pelas quais o Estado se desresponsabiliza cada vez mais, deixando que o chamado “mercado” superexplora mão de obra e até mesmo deixe trabalhadores sem pagamento por longos períodos.

Não vamos permitir terceirização de professores

A novidade é que, de acordo com informações que circulam na rede estadual de ensino, o governo pretendia terceirizar a contratação de professores da categoria O para fundações privadas. É inaceitável e não vamos permitir. Iremos à justiça e utilizaremos toda a nossa capacidade de luta para impedir que isso ocorra. Lutamos por uma nova forma de contratação de professores temporários, conforme a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação, com direitos equivalentes aos professores efetivos.

III. Campanha de Valorização do Magistério

A valorização do magistério é uma luta central da APEOESP. As ações do Governo vão exatamente

no sentido oposto. Nossos salários estão sendo desvalorizados a cada ano. Hoje, tanto os Professores de Educação Básica I quanto os Professores de Educação II recebem salários abaixo do piso salarial profissional nacional no estado mais rico da federação. E a defasagem vai aumentar, pois cálculos iniciais indicam que o reajuste do piso nacional em janeiro de 2020 poderá ser de 6,22%.

Não queremos abono, queremos salário

Repetindo o que fez Alckmin em 2017, Doria pretende corrigir a defasagem já existente com abono salarial, o que a lei do piso não permite. Movemos contra o Governo Alckmin a ação que determinou o reajuste de 10,15%, que ganhamos em todas as instâncias, mas cujo pagamento está travado no STF porque o Governo alegou falta de dinheiro. Vamos tomar novas medidas nessa ação, porque o Governo pretende criar a tal “nova carreira”. Como fará isso, se alega não ter dinheiro? A APEOESP também ingressará com ação coletiva e ações individuais contra o decreto do Governador. Os interessados poderão procurar as subsedes a partir de janeiro.

É importante lembrar que a instituição desse abono quebra a nossa carreira, uma constatação que foi decisiva para que a justiça decidisse favoravelmente à nossa categoria na ação dos 10,15%.

Campanha

Vamos fazer uma grande campanha junto à sociedade, porque o magistério é a mais importante profissão na nossa sociedade. Muitas pesquisas já demonstraram que a população reconhece o nosso trabalho e isso tem que se refletir em salários compatíveis com a média salarial dos profissionais com nível superior (meta 17 do Plano Estadual e do Plano Nacional de Educação), condições de trabalho, respeito e valorização em todos os sentidos.

IV. Por um currículo que atenda às necessidades dos estudantes e da sociedade

O currículo escolar visa a completa formação de nossos estudantes, como cidadãos capazes de compreender e transformar a sociedade, pessoas dotadas de conhecimento e autonomia intelectual para prosseguir estudos, atuar profissionalmente e tomar todas as decisões que envolvem seu futuro.

O Governo Doria, seguindo a triste tradição dos Governos do PSDB, toma medidas em sentido contrário, empobrecendo ainda mais o currículo vigente. Um exemplo é a retirada de aulas de Geografia e História do currículo dos anos iniciais do ensino fundamental. Currículo escolar tem que ser pleno

e não apenas visar resultados no Exame Internacional de Alunos (PISA, em sua sigla em inglês), que envolve somente provas de português, matemática e ciências. Queremos que nossos estudantes sejam formados e não apenas treinados para avaliações externas como o PISA.

A matriz curricular do Governo Doria também prevê a volta de escolas com três turnos, o que já havia sido superado.

V. Por uma atribuição e aulas justa e transparente

Em primeiro lugar, deixamos claro que a Portaria 6/2019 está suspensa por decisão judicial. O Governo não pode utilizar regras ali previstas, como faixa exclusiva para professores em acúmulo, remoção ex officio a pedido do professor e a ponderação de pontuação de acordo com jornada de trabalho escolhida.

Nós queremos atribuição de aulas justa e transparente, com listão de classificação para todos os professores, como único critério para a ordem de atribuição nas escolas e nas diretorias de ensino.

Continuamos cobrando do Secretário da Educação que cumpra o compromisso assumido e realize uma reunião com a APEOESP para debater as regras da resolução de atribuição de aulas antes de sua publicação, para que ela reflita as reais necessidades dos professores.

Outras lutas imediatas

- Vamos exigir da SEDUC a abertura de classes de primeiro ano do ensino médio no noturno, pois as escolas vêm se recusando a fazê-lo.
- Orientamos todos os conselhos de escola a rejeitarem o calendário escolar que a SEDUC está impondo, entre outras coisas com mais de 200 dias letivos.
- Cobrar campanha efetiva de Busca Ativa por parte da SEDUC nos meios de comunicação, para trazer de volta às escolas os estudantes que abandonaram os estudos.
- Cobraremos do Secretário da Educação as dispensas de ponto devidas e as autorizações para reposições de aulas das paralisações realizadas em 2019.
- No dia 18/12, quarta-feira, às 10h30, na Casa do Professor, realizaremos o lançamento da nova edição da pesquisa da APEOESP/Instituto Locomotiva sobre a qualidade da educação e violência nas escolas na rede estadual de ensino.
- No dia 14/12, a partir das 17 horas, participaremos da Marcha contra o genocídio da população negra e periférica, que se realizará na favela de Paraisópolis.